

S.R. DA AGRICULTURA E FLORESTAS

Aviso n.º 951/2006 de 31 de Outubro de 2006

1 - Faz-se público que, por despacho do Chefe do Gabinete do Secretário Regional da Agricultura e Florestas, de 31 de Julho de 2006, proferido ao abrigo de competência delegada, conforme despacho publicado no *Jornal Oficial* n.º 49, II Série, de 7 de Dezembro de 2004, se encontra aberto pelo prazo de dez dias úteis a contar da data de publicação do presente aviso no *Jornal Oficial*, concurso externo de ingresso para admissão a estágio de ingresso na carreira técnica superior, **área de medicina veterinária**, o qual se destina ao preenchimento de cinco vagas de **técnico superior de 2.ª classe**, do quadro de pessoal do Serviço de Desenvolvimento Agrário de São Miguel, da Secretaria Regional da Agricultura e Florestas aprovado pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 1/2006/A, de 10 de Janeiro, alterado pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 18/2006/A, de 10 de Abril.

2 - Legislação aplicável – Ao presente concurso aplicar-se-ão o Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, adaptado à Região nos termos do Decreto Legislativo Regional n.º 27/99/A, de 31 de Julho, o Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, alterado e republicado nos termos da Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, o artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 265/88, de 28 de Julho, aplicado à Região pelo Decreto Legislativo Regional n.º 34/88/A, de 19 de Outubro, o Despacho Normativo n.º 58/96, de 29 de Fevereiro, republicado pela Declaração n.º 5/96, de 4 de Abril, alterado pelos Despachos Normativos n.º 272/99, de 19 de Novembro e n.º 62/2002, de 26 de Dezembro, o Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro.

3 - Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

4 - Nos termos e ao abrigo do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de Fevereiro, adaptado à Região Autónoma dos Açores pelo Decreto Legislativo Regional n.º 4/2002/A, de 1 de Março, é garantida a reserva de um lugar para candidatos com deficiência.

5 - Este concurso é válido até ao preenchimento da vaga que determinou a sua abertura.

6 - A vaga posta a concurso foi descongelada nos termos da Resolução nº 58/2006, de 25 de Maio, rectificada pela Declaração n.º 3/2006, de 8 de Junho.

7 - De acordo com artigo 3.º do referido Despacho Normativo nº 58/96, que aprova o regulamento dos concursos para lugares de ingresso e acesso dos quadros de pessoal da Secretaria Regional da Agricultura e Florestas, compete genericamente ao cargo posto a concurso: conceber, adaptar e ou aplicar métodos e processos técnico-científicos, elaborando estudos, concebendo e desenvolvendo projectos e emitindo pareceres, tendo em vista preparar a tomada de decisão superior sobre medidas de política e gestão que interessem aos serviços, na área da medicina veterinária.

8 - O estágio referido tem a duração de 1 ano, sendo remunerado pelo índice 321, escalão 1, do sistema retributivo da Função Pública, de acordo com o Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho. e subsequentes actualizações e as condições de trabalho e regalias sociais são as genericamente vigentes para a função pública.

9 - O local de trabalho é no Serviço de Desenvolvimento Agrário de São Miguel, ilha de São Miguel.

10 - Poderão ser opositores a concurso os indivíduos que cumulativamente reúnam os requisitos gerais e especiais para provimento em funções públicas.

10.1 - São requisitos gerais de admissão os previstos no artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho:

- a) Ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos exceptuados por lei especial ou convenção internacional;
- b) Ter dezoito anos completos;
- c) Possuir as habilitações literárias ou profissionais legalmente exigidas para o desempenho do cargo;
- d) Ter cumprido os deveres militares ou de serviço cívico, quando obrigatório;
- e) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções a que se candidata;
- f) Possuir a robustez física e o perfil psíquico indispensáveis ao exercício da função e ter cumprido as leis de vacinação obrigatória.

10.2 - São requisitos especiais:

- a) Possuir as habilitações literárias legalmente exigidas para o desempenho do cargo: Licenciatura em Medicina Veterinária.

Os candidatos devem reunir os requisitos referidos nos pontos 10.1 e 10.2 até ao termo do prazo fixado para apresentação das candidaturas.

11 - Os métodos de selecção a utilizar, nos termos do artigo 13.º do acima referenciado Despacho Normativo n.º 58/96, são os seguintes:

- a) Prova de conhecimentos;
- b) Avaliação curricular;
- c) Entrevista profissional de selecção.

11.1 - A prova de conhecimentos é a prevista no artigo 22.º do mesmo Despacho Normativo n.º 58/96, será escrita, e terá a duração de duas horas, versando, no todo ou em parte, os seguintes temas:

- CONHECIMENTOS GERAIS:

Tema I – Direitos e Deveres da Função Pública;

Tema II – Deontologia Profissional – Dez Princípios Éticos da Administração Pública;

Tema III – União Europeia;

Tema IV – Política Agrícola Comum;

- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS:

Tema I – Sanidade Animal;

Tema II – Saúde Pública Veterinária;

Tema III – Epidemiologia Básica;

Tema IV – Higiene e Segurança Alimentar;

Tema V – Inspecção Sanitária e Controlo da Qualidade dos Produtos de Origem Animal;

Tema VI – Certificação Sanitária, Trânsito e Bem-estar Animal.

- A legislação aconselhada para os temas acima indicados é a seguinte:

CONHECIMENTOS GERAIS:

- a) Regime de férias, faltas e licenças:

- Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, alterado pela Lei n.º 117/99, de 11 de Agosto e pelo Decreto-Lei n.º 70-A/2000, de 5 de Maio, pelo Decreto-Lei n.º 157/2001, de 11 de Maio e pelo Decreto-Lei n.º 169/2006, de 17 de Agosto;

b) Estatuto Disciplinar:

- Decreto-Lei n.º 24/84, de 16 de Janeiro, rectificado nos termos da Declaração publicada no *Diário da República*, I Série, de 30 de Abril de 1984 (Suplemento);

c) Carta Ética – Dez Princípios Éticos da Administração Pública;

d) União Europeia:

- Direito Comunitário - João Mota de Campos, Vols. I e II;

e) Política Agrícola Comum:

- A Política Agrícola Comum, os princípios, as reformas actuais, a futura Europa Verde – J.A. Santos Varela.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS:

a) Regulamento (CE) n.º 852/2004, de 29 de Abril;

b) Regulamento (CE) n.º 853/2004, de 29 de Abril;

c) Regulamento (CE) n.º 854/2004, de 29 de Abril;

d) Regulamento (CE) n.º 1774/2002, de 3 de Outubro;

e) Regulamento (CE) n.º 882/2004, de 29 de Abril;

f) Regulamento (CE) n.º 2073/2005, de 5 de Dezembro;

g) Regulamento (CE) n.º 2074/2005, de 5 de Dezembro;

h) Regulamento (CE) n.º 2076/2005, de 5 de Dezembro;

i) Decreto-Lei n.º 338/99, de 24 de Agosto e Decreto-Lei n.º 142/2006, de 27 de Julho;

j) Decreto-Lei n.º 294/98, de 18 de Setembro;

k) Decreto-Lei n.º 244/2000, de 27 de Setembro;

l) Decreto-Lei n.º 272/2000, de 8 de Novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 31/2005, de 14 de Fevereiro;

m) Decreto-Lei n.º 114/99, de 14 de Abril.

- Na realização da prova é permitida a consulta de textos legislativos de que os candidatos deverão encontrar-se munidos.

- À prova é atribuída uma classificação de zero a vinte valores, sendo indicada a cotação atribuída a cada uma das questões, cuja classificação final será arredondada até às centésimas.

- Este método de selecção terá carácter eliminatório, sendo excluídos todos os candidatos que obtiverem classificação inferior a dez valores, considerando para esse efeito o valor mínimo de 9,5.

11.2 - Na avaliação curricular ponderar-se-ão:

a) Habilitação académica;

b) Formação profissional;

c) Experiência profissional.

11.3 - Na entrevista profissional de selecção ter-se-ão em conta os seguintes factores de apreciação:

- a) Capacidade de expressão e fluência verbal;
- b) Sentido crítico e inovador;
- c) Motivação e interesse;
- d) Discussão curricular;
- e) Visão global da Administração, sentido de organização e capacidade para a resolução de problemas.

Cada um destes factores será pontuado de 0 a 4 valores, por forma a que do seu somatório resulte a classificação final de 0 a 20 valores a atribuir ao método de selecção em causa.

12 - A ordenação final dos candidatos, traduzida na escala de zero a vinte valores, será a que resultar da média aritmética simples das classificações obtidas nos três métodos de selecção, sendo utilizados, para além dos valores inteiros, um máximo de dois dígitos decimais, após arredondamento às centésimas.

13 - Os critérios de apreciação e ponderação da avaliação curricular e da entrevista profissional de selecção, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam da acta n.º 1 do Júri do presente concurso, sendo a mesma facultada aos candidatos sempre que solicitada.

14 - A avaliação e classificação final do estagiário compete ao júri deste concurso e resultará da ponderação dos factores constantes da alínea b) do n.º 3 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 265/88, de 28 de Julho, aplicado à Região pelo Decreto Legislativo Regional n.º 34/88/A, de 19 de Outubro. Na classificação final adoptar-se-á uma escala de zero a vinte valores.

15 - Os requerimentos de admissão a concurso deverão conter os elementos exigidos para a admissão a concurso e que são os seguintes:

- a) Identificação completa (nome, filiação, naturalidade e nacionalidade, data de nascimento, número e data do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu, situação militar, residência, código postal e telefone);
- b) Habilitações literárias;
- c) Habilitações profissionais (especializações, estágios, seminários, acções de formação, cursos de pós-graduação, etc.);
- d) Experiência profissional com indicação das funções com mais interesse para o lugar a que se candidata. Tratando-se de indivíduos já vinculados à função pública, menção expressa da categoria, do serviço a que pertence, da natureza do vínculo e da antiguidade na actual categoria e na função pública, devidamente comprovada;
- e) Quaisquer outros elementos que os candidatos entendam dever apresentar por serem relevantes para a apreciação do seu mérito ou de constituir motivo de preferência legal, os quais, no entanto, só poderão ser tidos em conta pelo júri se devidamente comprovados.

16 - Os requerimentos de candidatura devem ainda ser instruídos com os seguintes documentos:

- a) *Curriculum vitae*, detalhado e actualizado, devidamente datado e assinado pelo candidato, onde constem, nomeadamente, a experiência profissional e a formação profissional que possui, acompanhado dos respectivos documentos comprovativos;
- b) Fotocópia do bilhete de identidade e do cartão de contribuinte;
- c) Certificado de habilitações literárias ou fotocópia do mesmo;
- d) Documentos comprovativos dos requisitos gerais de provimento em funções públicas;

e) Declaração dos serviços a que estão vinculados, na qual constem todos os elementos mencionados na alínea d) do ponto 15.

17. A não apresentação dos documentos comprovativos dos requisitos de admissão exigíveis determina a exclusão do concurso, conforme resulta do disposto no n.º 7 do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;

18. Os documentos comprovativos dos requisitos gerais de provimento em funções públicas, referidos na alínea d) do ponto 16 do presente aviso e previstos no artigo 29.º do citado decreto-lei, poderão ser substituídos por declaração, sob compromisso de honra, no próprio requerimento de admissão a concurso

19 - As candidaturas deverão ser dirigidas ao presidente do júri, entregues no Serviço de Desenvolvimento Agrário de São Miguel, sito Quinta de São Gonçalo, 9500-343 Ponta Delgada, ou remetidas pelo correio com aviso de recepção, para esta morada, atendendo-se, neste último caso, à data do registo.

20 - A relação de admissão será afixada no átrio de entrada do Serviço de Desenvolvimento Agrário de São Miguel, na morada referida no ponto anterior. Caso haja exclusão de candidatos, estes serão notificados nos termos do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, sendo a lista classificativa divulgada nos termos do artigo 40.º do mesmo diploma.

21 - O júri do concurso de admissão a estágio e o júri de avaliação e classificação final do estágio a que se refere o n.º 3 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 265/88, de 28 de Julho, tem a seguinte constituição:

Presidente: Filomena de Jesus Raposo de Medeiros, técnica superior assessora principal.

Vogais

efectivos: António Manuel Fernandes Mesquita da Trindade, técnico superior assessor principal, que substituirá a presidente nas suas faltas e impedimentos,

António Manuel Alves Vicente da Silva Melo, técnico superior principal.

Vogais

suplentes: Maria da Graça Oliveira Borges Arruda, técnica superior assessora principal;

José Manuel Munõz Lobo Viana, técnico superior assessor principal.

22 - A abertura do presente concurso será objecto de publicitação na BEPA, em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 78/2003, de 23 de Abril e no Decreto Legislativo Regional n.º 19/2004/A, de 1 de Junho.

9 de Outubro de 2006. - O Presidente do Júri, *Filomena de Jesus Raposo de Medeiros*.

Anexo

Instruções para o preenchimento do requerimento (minuta) a que se refere o nº 19 do presente aviso

Exmo. Senhor

Presidente do júri do concurso externo de ingresso

para um lugar de estagiário na carreira técnica superior, área de medicina veterinária

Quinta de São Gonçalo

9500-343 Ponta Delgada

Nome _____, filho(a) de _____ e de _____, natural da freguesia de _____, de nacionalidade _____, nascido(a) a ___/___/___, com o Bilhete de Identidade n.º _____, emitido em ___/___/___ pelo Serviço de Identificação de _____, com a

situação militar (1) _____, residente na Rua _____, n.º __, freguesia de _____, concelho de _____, Código Postal _____, telefone _____, telemóvel _____, possuindo as habilitações literárias _____, experiência profissional e formação profissional constantes do seu curriculum vitae, acompanhado dos respectivos documentos comprovativos, que junto se anexam, vem requerer a V. Ex.^a se digne admiti-lo(a) ao concurso externo de ingresso para preenchimento de um lugar de estagiário na carreira técnica superior, área de medicina veterinária, do quadro de pessoal do Serviço de Desenvolvimento Agrário de São Miguel, da Secretaria Regional da Agricultura e Florestas, conforme Aviso publicado no *Jornal Oficial* n.º __, II Série, de __/__/__.

Mais declara, sob compromisso de honra, que reúne os requisitos gerais de admissão para admissão a concurso e provimento em funções públicas, previstos no artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98 de 11 de Julho.

Espera deferimento,

_____, ____ de _____ de 2006

(assinatura, tal como consta no Bilhete Identidade)

(1) – No caso de candidatos do sexo feminino riscar